

QUEDA DOS JUROS

O Banco Central decidiu acatar a política de Governo de afastar o fantasma de recessão econômica com a emissão, quase sem limite, de moeda para forçar a baixa dos juros do mercado, conforme o **CORREIO BRAZILIENSE** ouviu ontem no próprio BC, no Ministério da Fazenda e de um diretor de grande conglomerado financeiro. No desconto de duplicatas para o reforço do capital de giro das empresas, os juros cobrados pelos bancos privados, de 14 a 18% ao mês, estão se aproximando das taxas praticadas pelo Banco do Brasil, de 12,9% a 15,8%. Nas linhas com taxas pós-fixadas, os encargos reais exigidos pelos bancos comerciais (Bradesco e Itaú anunciaram a redução para 30% ao ano) — ainda permanecem muito acima dos juros do Banco do Brasil, de 22% ao ano.

Para obter a redução dos juros reais do mercado, acima da remuneração das Letras do Banco Central (LBC), o BC está pressionando todos os bancos a utilizarem recursos da autoridade monetária e chega a acusar a negativa do Banco do Brasil de boicote à decisão de governo de reduzir, de forma acelerada, o custo do dinheiro. O diretor da área de mercado de capitais do BC, Luiz Carlos Mendonça de Barros, não fala em pressão, mas afirma que a baixa dos juros depende dos bancos que têm amplo acesso ao desconto de liquidez, ao custo real de apenas 16%.

O Banco do Brasil recusa tomar a linha especial de financia-

mento do BC aos bancos comerciais e de investimento por duas razões: primeira, não precisa do dinheiro e segundo, tem captado a juros mais baixos, de 13 a 15% ao ano. Segundo o **CORREIO BRAZILIENSE** apurou no Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil já pratica a taxa máxima pós-fixada de 22% ao ano acima da remuneração das LBs e, então, cabe aos bancos privados cortar mais gorduras em seus **spreads** (margens de lucratividade) — para praticar juros próximos aos do BB, como fazem nos empréstimos de capital de giro com encargos pré-fixados.

A estratégia traçada pelo Governo para baixar os juros reais do mercado assusta os setores técnicos do BC e do sistema financeiro. Afinal, o BC já abriu mão de 70% do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista dos bancos (50% para o financiamento especial e mais 20% para o crédito favorecido às empresas de menor porte) e também acelera a expansão monetária ao adicionar parcela equivalente a 20% dos depósitos a prazo dos bancos comerciais e de investimento na assistência de liquidez especial a essas instituições. De acordo com as informações obtidas na Fazenda, só essas linhas de redesconto de liquidez embutem o potencial de expansão de Cz\$ 150 bilhões de base monetária (emissão primária de moeda) quase o dobro do volume acumulado até fevereiro último, de Cz\$ 86,6 bilhões.